

# O SUJEITO INDÍGENA E OS EFEITOS DE MEMÓRIA QUE O CONSTITUEM NA CONTEMPORANEIDADE

Graciete da Silva de Souza (UESB)

[graciete@live.com](mailto:graciete@live.com)

Márcia Helena de Melo Pereira (UESB)

[marciahelenad@yahoo.com.br](mailto:marciahelenad@yahoo.com.br)

## RESUMO

Em descrição dos nativos, na Carta ao então rei Dom Manuel, o viajante e cronista Pero Vaz de Caminha atribui ao sujeito-indígena características físicas e comportamentais com teores pejorativos. Isto posto, objetiva-se, aqui, identificar como o discurso de que o sujeito indígena é inferior ao europeu se sustenta e se restabelece em formações discursivas atuais. Para tanto, toma-se como materialidades significantes quatro recortes, quais sejam: um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, uma piada, um *post* do *Instagram*; e uma música. Far-se-á, para tanto, uma comparação do que está inserido a esse respeito na formação do discurso fundador com o discurso atual, com base em Pêcheux (1993; 2011). Os resultados preliminares mostram uma atualização discursiva no que diz respeito ao discurso fundador, realizada por meio de um pré-construído – interdiscurso.

### Palavras-chave:

Interdiscurso. Discurso fundador. Memória discursiva.

## ABSTRACT

In a description of the natives, in the Letter to the then King Dom Manuel, traveler and chronicler Pero Vaz de Caminha attributes physical and behavioral characteristics to the indigenous-subject with pejorative contents. That said, the objective here is to identify how the discourse that the indigenous subject is inferior to the European one is sustained and re-established in current discursive formations. For this purpose, four excerpts are taken as significant material, namely: an excerpt from Pero Vaz de Caminha's letter, a joke, an Instagram post; is a song. Therefore, a comparison will be made of what is included in this regard in the formation of the founding discourse with the current discourse, based on Pêcheux (1993; 2011). The preliminary results show a discursive update with regard to the founding discourse, carried out through a pre-constructed – interdiscourse.

### Keywords:

Interdiscourse. Discursive memory. Founding speech.

## 1. Introdução

No Brasil, a colonização ocorreu há cerca de cinco séculos. Dentre as diversas consequências desse episódio, podemos citar o sentimento de antipatia que ainda se faz presente em alguns discursos como, por

exemplo, em relação ao sujeito-indígena, aquele que já habitava as terras brasileiras antes das expedições europeias se instalarem. Conforme conta a história, com o intuito de convencer o rei de Portugal, o então Dom Manuel, a colonizar o país recém “descoberto”, Pero Vaz de Caminha lhe escreve uma carta descrevendo a fauna, a flora e os nativos que aqui viviam.

Em sua descrição dos nativos, na Carta, documento que se consagrou pela crítica literária como o primeiro texto literário escrito em terras brasileiras (Cf. EAGLETON, 2003), o viajante e cronista Pero Vaz de Caminha atribui ao sujeito-indígena características físicas e comportamentais com teores pejorativos. Contemporaneamente, é possível perceber uma atualização desse primeiro discurso, seja reafirmando-o ou negando-o. Essa atualização discursiva é realizada por meio de um pré-construído – interdiscurso, isto é, por meio da memória discursiva, que, segundo Pêcheux (1993), se configura como um efeito do discurso. É neste íterim que buscamos nos fundamentar teoricamente nos postulados da Análise de Discurso.

Neste artigo, mostraremos que o discurso é materializado através da memória, como postulou Pêcheux (1993). Para tanto, selecionamos como *corpus* de investigação quatro materialidades significantes, nas quais é possível verificar os efeitos de memória com relação ao sujeito-indígena. A primeira materialidade é um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o sujeito-indígena é comparado ao europeu. Na mesma carta, o autor chega à constatação de que o sujeito-indígena é inferior ao europeu. As outras materialidades são uma piada sobre o “descobrimento” do Brasil, um *post* do *Instagram* e uma letra de música, nas quais, ao referirem-se ao indígena, seus autores aludem a uma memória histórica. Objetivamos verificar como o discurso de que o esse sujeito é inferior ao europeu se sustenta e se restabelece nessas formações discursivas atuais, ou seja, na piada, no *post* do *Instagram* e na letra de música e, para isso, adotamos como base o discurso fundador encontrado na carta de Caminha.

O artigo se divide em três seções. Fazemos, na primeira seção, uma abordagem teórico-metodológica em torno do objeto da Análise de Discurso, mostrando como a disciplina surge, as fases e reconfigurações pelas quais passa, até firmar-se enquanto ciência. Na segunda seção, analisamos as materialidades significantes selecionadas para análise para tratar dos efeitos de memória nelas presentes. Finalmente, na terceira seção, tecemos as considerações finais, mostrando que os discursos atu-

ais sobre o sujeito-indígena se restabelecem a partir do discurso fundador, seja fortalecendo-o ou opondo-se a ele.

## **2. *O discurso como objeto teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso***

A Análise de Discurso, doravante AD, de linha Francesa, surge no final da década de 1960 como uma disciplina de fronteira, cuja natureza se insere em um campo heterogêneo e possui como seu principal expoente do círculo intelectual da época Michel Pêcheux. Desse modo, segundo Pêcheux (2011), a AD, na França, é, antes de tudo, um trabalho de historiadores (Marxismo), com bases psicanalíticas e linguísticas. Dessa forma, constitui-se e se institui o que Fonseca-Silva (2007, p. 100) chama de “Tríplice Aliança teórica que se configurou sob os nomes de Althusser, Lacan e Saussure”, respectivamente. Na transposição de conceitos dos campos citados para a AD, Pêcheux faz as reconfigurações/adequações que julga necessárias, de acordo com os mecanismos de análise.

Nesse sentido, conforme Mussalim (2012), o projeto da AD se insere no fértil e comum território do Marxismo e da Linguística. Esta última, ainda com o status de ciência piloto, à época, contudo, consegue fornecer à AD as bases estruturais concernentes ao conceito de língua. Por se inscrever em um escopo político, seria necessário que o projeto pècheutiano da AD buscasse meios para esse tipo de abordagem; a Linguística, por sua vez, oferece esses meios, possibilitando essa abordagem de cunho político; isso porque, como esclarece Mussalim (2012):

Na conjuntura estruturalista, a autonomia relativa da língua é unanimemente reconhecida. Isso porque, devido ao recorte que as teorias estruturalistas da linguagem fazem de seu objeto de estudo – a língua –, torna-se possível estudá-la a partir de regularidades e, portanto, apreendê-la na sua totalidade (pelo menos é nisso que crê o estruturalismo), já que as influências externas, geradoras de irregularidades, não afetam o sistema por não serem consideradas como parte da estrutura. A língua não é apreendida na sua relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema autônomo. Daí ‘estruturalismo’: é no interior do sistema que se define, que se estrutura o objeto, e é este objeto assim definido que interessa a esta concepção de ciência em vigor na época. (MUSSALIM, 2012, p. 114)

Nessa direção, compreendemos que a regularidade do sistema linguístico apresenta, para Pêcheux, um campo produtivo para trabalhar a sua teoria, pois permite deixar de fora as questões pragmáticas, a interação verbal, a intencionalidade do sujeito, bem como tudo que diga respei-

to à exterioridade da língua. Portanto, o que interessa para a AD é a materialidade discursiva. Assim, o discurso – objeto da Análise de Discurso, conforme Pêcheux (2011) –, é constituído pela língua e por elementos da ordem do social e da história, o que justifica a heterogeneidade teórica que utiliza para a formulação desse objeto, conforme argumenta o próprio autor:

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando 'o' sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). (PÊCHEUX, 2011, p. 291)

Em outras palavras, a AD se recusa ser a teoria que explicaria os conflitos existentes entre a materialidade discursiva e todo o universo do não-dito; ao contrário, a AD espera construir interpretações possíveis, e não a interpretação dos fatos discursivos, como se o sentido fosse único. Portanto, o domínio da AD “se determina pelos espaços discursivos não estabilizados logicamente, derivando dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, e logo também dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado” (PÊCHEUX, 2011, p. 292). Desse modo, se para a Linguística Textual o texto é concebido como uma unidade coerente de sentido, para a AD tem a sua relevância decorrente “do fato de que cada texto é parte de uma cadeia (de um arquivo), decorre de ele ser concebido ‘como uma superfície discursiva, uma manifestação aqui e agora de um processo discursivo específico’” (MUSSALIM, 2012, p. 143).

Como em toda ciência, na AD houve momentos de formulação e reformulação da teoria. Sendo assim, a área é marcada por três períodos importantes em sua constituição, os quais se instalam em um intervalo de tempo de aproximadamente 20 anos, desde 1969 a 1989. Vejamos, então, essas três fases.

A Análise Automática do Discurso (AAD-69) marca a primeira fase da AD. Nesse texto inicial, Pêcheux faz uma série de questionamentos, a fim de criar caminhos nos quais deve firmar a sua teoria. Uma das críticas que faz é concernente ao estudo de línguas, em que se tinha, até então, como prática escolar e atividade de gramática, o estudo de textos para se chegar à língua, de modo que o interesse era notadamente contudístico (“De que fala este texto?”, “Quais são as ‘ideias’ principais contidas neste texto?”, “Este texto está em conformidade com as normas

da língua na qual ele se apresenta?”, “Quais são as normas próprias a este texto?” ou ainda, “o que o autor ‘quis’ dizer?”). Nesse sentido, conforme aponta Pêcheux (1993, p. 61-62), “o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os ‘meios de expressão’ estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender)”.

A partir dessas indagações, Pêcheux retoma os conceitos de língua e fala, construídos por Saussure no Curso de Linguística Geral. Para o autor, conceber a língua no nível social e a fala no nível individual é insuficiente, se se levar em conta toda a produção da linguagem, existe para o autor, algo funcionando entre a língua e a fala: o discurso. No sentido proposto por Saussure, “a fala, enquanto uso da língua, aparece como um caminho da liberdade humana; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar gradatim da necessidade do sistema à contingência da liberdade” (PÊCHEUX, 1993, p. 71-2). É justamente aí que está a negação da liberdade discursiva, pois, para o autor, no interior de cada discurso estariam presentes os interesses das classes sociais, a partir de posições, não individuais (fala) ou universais (língua, enquanto comunidade linguística), mas a partir de lugares discursivos. Não interessa para a AD o indivíduo, enquanto um ser marcado pela consciência/intencionalidade, mas o sujeito, marcado pela inconsciência, por um lugar vazio, pelas posições que ocupa na sociedade. Os discursos não são inéditos, possuem relações de sentido com outros discursos pré-existentes, de modo que:

O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto do discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 1993, p. 77)

Dessa forma, observa-se que o discurso tem memória, a qual não pode ser apagada. Quando o sujeito fala do lugar de professor, por exemplo, ele se assujeita a este lugar, respeitando todos os princípios da Formação Discursiva (FD) a qual está inserido; é nesse sentido que se nega a liberdade do sujeito. O conceito de formação discursiva é, pois, um dos pilares basilares da teoria do discurso. As formações discursivas, segundo Haroche, Pêcheux e Henry (2011, p. 27) “determinam o que pode e deve ser dito” por um sujeito no interior da formação discursiva na qual está inserido. Os sentidos possíveis de um discurso, portanto, estão condicionadas e “vai se constituindo à medida que se constitui o próprio

discurso” (MUSSALIM, 2012, p. 155). Dessa forma, “as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam” e, “‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2011, p. 27-8).

Assim, em um segundo momento da teoria, ainda em busca do aprimoramento teórico do conceito de discurso, Pêcheux traz para a língua a exterioridade histórica, buscando, para isso, respaldo no marxismo. É na década de 1970 que o conceito de ideologia ganha um espaço relevante na obra, segundo aponta Fonseca-Silva (2007):

Assiste-se, nesse momento, ao deslocamento do conceito de formação discursiva (FD), de Michel Foucault – segundo o qual as condições de produção não são estáveis e homogêneas, pois são invadidas por elementos que vêm de outro lugar –, para fazer funcionar no quadro materialista de (de) subjetivação da linguagem, juntamente com o conceito de formação ideológica (FI). (FONSECA-SILVA, 2007, p. 88)

Na primeira fase da AD, a Formação Discursiva – “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160) – era fechada, ou seja, o sujeito estaria constituído em uma FD x, na qual não poderia se movimentar. Contudo, na segunda fase ocorre uma mudança: o indivíduo é chamado/interpelado a sujeito falante “por formações discursivas que representa na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 214). Assim, o indivíduo estaria assujeitado aos movimentos da FD, quais sejam: identificação, contraidentificação ou desidentificação.

O conceito de sujeito sofre mudanças em cada fase da AD, principalmente no que diz respeito à sua movimentação no interior de cada formação discursiva. No tocante ao desdobramento entre sujeito da enunciação e sujeito universal – primeira modalidade de movimentação –, a identificação plena com a formação discursiva em que o sujeito está inserido se inscreve no discurso do “bom sujeito”, de modo que a sua tomada de posição é marcada pelo seu assujeitamento, ou seja, “o interdcurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’” (PÊCHEUX, 1995, p. 215). Dessa forma, o sujeito plenamente identificado é uma mera reprodução/repetição do discurso da FD dominante. Isso porque, nessa primeira fase da AD, o sujeito está completamente submetido às regras que demarcam seu discurso, isto é, nessa concepção de discurso, o

sujeito “não poderia ser concebido como um indivíduo que fala (‘eu falo’), como fonte do próprio discurso” (MUSSALIM, 2012, p. 156), pois o discurso é gerado pela maquinaria discursiva, na qual ele não pode ter um posicionamento que não seja marcado pela formação discursiva a qual pertence.

A contraidentificação com a FD se caracteriza pelo discurso do ‘mau sujeito’, conforme Pêcheux (1995):

O sujeito da enunciação ‘se volta’ contra o sujeito universal por meio de uma ‘tomada de posição’ que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (PÊCHEUX, 1995, p. 215)

Notemos, conforme a citação acima que, nessa modalidade, o sujeito não aceita as ideologias impostas pelo interdiscurso da FD, nem as evidências ou transparências que levam a um determinado sentido, sem antes refletir sobre elas. Aqui, a noção de sujeito não é mais marcada pela ideia de unicidade; ele pode ocupar diferentes funções nas mais diversas posições que pode ocupar no espaço interdiscursivo (MUSSALIM, 2012), contudo, a possibilidade de ocupar diferentes posições não lhe dá total liberdade enunciativa, pois, conforme Mussalim (2012),

Ele sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como representação de traços de determinado lugar social (o lugar do professor, do político, do publicitário, por exemplo), que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali. Ou seja, este sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é determinado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso. (MUSSALIM, 2012, p. 156)

Do exposto acima, podemos perceber que, em muitas circunstâncias diárias, deparamo-nos com situações discursivas em que, por mais que o sujeito se inscreva em uma determinada formação discursiva como, por exemplo, a de que o sujeito-indígena não é preguiçoso, – ao proferir uma piada a respeito do indígena poderia (re)afirmar o discurso de que o sujeito-indígena é preguiçoso, sem se dar conta disso.

Na terceira modalidade – desidentificação com a FD –, o sujeito rompe completamente com a formação discursiva dominante, associando-se a outra(s). Temos, aqui, um “sujeito essencialmente heterogêneo e descentrado” (MUSSALIM, 2012, p. 156). Parece-nos que, nessa con-

cepção de sujeito, busca-se o retorno da sua unidade tal qual formulada na primeira concepção: o sujeito completamente identificado. Entretanto, posteriormente, o próprio Pêcheux considera que tanto a identificação plena quanto a desidentificação se constituem um mito. Uma vez que a identificação com a FD nunca será plena e, como estamos atravessados pela FD dominante, nunca romperemos completamente com a FD de onde enunciamos, até porque a língua, sendo um ritual, admite falhas, nas quais sempre haverá o lugar do lapso, do equívoco. Vez ou outra, poderíamos nos surpreender, por exemplo, fazendo piadas que se respaldam no discurso machista, homofóbico ou de que o indígena é preguiçoso, por exemplo, sem, no entanto, concordar com tal discurso, pois estamos atravessados pelo nosso inconsciente (por isso a AD busca respaldo teórico na Psicanálise) e pela ideologia dessas FDs. De qualquer modo, as três concepções de sujeito apresentadas apontam para um lugar comum: “o sujeito não é senhor de sua vontade; ou temos um sujeito que sofre as coerções de uma formação ideológica e discursiva; ou, ainda, temos um sujeito submetido à sua própria natureza inconsciente” (MUS-SALIM, 2012, p. 157).

A reformulação de que vimos falando, na segunda fase da AD, diz respeito a elaboração do conceito de formação discursiva no interior da própria AD. Isso se dá na medida em que Pêcheux desloca o conceito de Formação Discursiva postulado por Foucault, acrescentando a ele a noção de Formação ideológica (FI), afetada pelo inconsciente. A formação ideológica, segundo Mussalim (2012, p. 143) “é definida como sendo um conjunto de atitudes e representações que ‘se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflitos umas com as outras’”. Já o papel da formação discursiva, por conseguinte, é “materializar essas posições de classe em conflito”.

Enquanto Foucault considera a formação discursiva na relação saber/poder, Pêcheux a traz para sua teoria relacionando-a com as lutas de classes, às questões ideológicas e históricas. Assim, Haroche, Henry e Pêcheux (2011 [1971]) asseguram que as formações ideológicas são “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”, de modo que a sua existência é materializada no/pelo discurso. A mesma palavra, por exemplo, a depender da posição-sujeito de quem a emprega, muda de sentido ou possui efeitos de sentido outros, ao passar de uma formação discursiva para outra (Cf. HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2011).

Já a terceira fase da AD (1976) é assinalada, como aponta Fonseca-Silva (2007), por dúvidas e incertezas em seu quadro epistemológico, principalmente pela desconstrução da maquinaria discursiva e pela necessidade, segundo a autora, de “trabalhar a língua como base comum de processos discursivos diferenciados, sem ceder nem ao logicismo, nem ao sociologismo” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 99).

Nesse período emerge, na França e em outras partes da Europa, discussões em torno dos conceitos de língua, sujeito e sentido. Teóricos como Bakhtin, por exemplo, que tem os seus estudos levados para a França, justamente nesse período, compreende a língua numa relação dialógica com o sujeito e o sentido, o que, para Pêcheux, segundo Fonseca-Silva (2007, p. 99), “representava um retorno ao estado pré-teórico”. A crítica de Pêcheux era voltada para o fato de o “sentido ser pensado na esfera das relações individuais e sociais, ou seja, na interação individual” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 99), pois, como vimos se formando ao logo das fases da AD, isso vai de encontro a esse postulado. Para Pêcheux, na materialidade discursiva materializam-se, também, a ideologia e o inconsciente, ou seja, o que funciona na língua é o sujeito marcado pela luta de classe e não o indivíduo pragmático.

A discursividade, então, marca as desconstruções e reconfigurações da terceira fase da Análise de Discurso. Portanto, à discursividade estão unidas a estrutura e o acontecimento. A língua, portanto, é entendida, nos estudos discursivos, como estrutura (descrição) e acontecimento (interpretação). Assim, “o discurso outro (heterogeneidade enunciativa) está virtualmente presente numa sequência e insiste sobre a materialidade discursiva, Pêcheux dirá que o acontecimento resulta de uma memória e de uma atualidade” (FURLANETTO, 2015, p 38).

Na próxima seção, mostraremos – sem desconsiderar o lugar do equívoco, da falha e do lapso – o funcionamento do discurso em algumas materialidades significantes enquanto estrutura e acontecimento; enquanto efeitos de memória.

### ***3. Efeitos de memória no discurso da construção do sujeito-indígena contemporâneo***

Pensar a Análise de Discurso como disciplina de interpretação é oferecer lugar à memória histórica, da qual o discurso depende e funciona. Logo, pensar em materialidades discursivas sobre o sujeito-indígena

na contemporaneidade é, antes de tudo, remeter-se, atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, à essa memória discursiva, que, conforme Courtine (2009):

[...] diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...], ‘discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que remontam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer. (COURTINE, 2009, p. 105-106)

Lê-se em certos livros didáticos de história que o país a que hoje chamamos Brasil era, há cinco séculos, uma grande extensão de terra sem perspectiva para o progresso, cujos habitantes também eram desprovidos de tal perspectiva. A chegada de povos europeus no final do século XV, especificamente os portugueses, mudou, deliberadamente, o modo de vida dos aborígenes (indígena). O novo colonizador desconsidera as crenças, costumes e cultura do povo de origem, impondo-lhe novas regras de (con)vivência social, segundo determinavam as crenças de Portugal. Nesse contexto, milhares de indígenas morreram ao tentar fugir da condição escravocrata e de “domesticação” às quais foram submetidos pelos portugueses.

A invisibilidade dos povos que habitavam o país, antes de ser ocupado pelos europeus, é tão forte que o Brasil tem uma espécie de “certidão de nascimento”, marcada pelo momento em que Pero Vaz de Caminha, um dos cronistas que compunha o quadro dos viajantes portugueses, descreve/relata com minuciosidade as características da terra e dos seus habitantes para o então rei de Portugal, D. Manuel. A carta original, atualmente, está guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Em uma das várias passagens que fazem referência aos indígenas, destacamos para esta pesquisa a seguinte:

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. (CAMINHA, 1963, p. 7)

Inferimos, dessa passagem da Carta, que a descrição que o viajante Pero Vaz de Caminha faz do autóctone, utilizando como referência o modo de vida europeu, constrói um discurso sobre o sujeito-indígena de que este é avesso ao progresso e, devido a sua condição de “preguiçoso”, nada faz para mudar essa realidade. A esse respeito, consideremos o que diz Pêcheux (2008):

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos conscientemente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 2008, p. 56)

Portanto, de acordo com a citação acima, o discurso originalmente proferido por meio da Carta faz parte de uma construção sócio-histórica e, como tal, se constitui um efeito consciente ou não de deslocamento do seu espaço. Dessa forma, o discurso original, atravessado pelo inconsciente, pode ser retomado na atualidade, em um movimento de identificação ou oposição a este, conforme veremos nas materialidades, a seguir.

A próxima materialidade que nos propomos investigar, uma piada sobre o “descobrimento” do Brasil, mostra que o discurso se sustenta e se restabelece por meio do interdiscurso. Nela podemos construir “efeitos de sentidos” que fazem referência ao sujeito-indígena. Vejamos:

**Piada do dia:** Cabral chegou no Brasil ancorou e encontrou um índio com quem foi falar!!! Perguntou ao índio: “Opa! Como é seu nome?”. O Índio respondeu: “Mim se chamar Ba”. Cabral: Ba, tá vendo aquela embarcação lá no horizonte? Ba: Sim. Cabral: Vai lá nadando e avisa a eles que achei terra firme... Aí, em sua homenagem, vou colocar o nome desta terra de “Bafói”. Ba: Oh meu rei, Ba tá numa preguiça, numa lezera... Faz o seguinte, bote o nome de “Bahia”, porque Ba num vai não!!!!

Nota-se, nessa piada, que mesmo passados cerca de 500 anos do advento da escrita da Carta de Caminha e, conseqüentemente, da colonização do Brasil, as referências que se fazem ao sujeito-indígena estão atravessadas, consciente ou inconscientemente, por uma alusão a esse discurso que, consideramos aqui, como um discurso fundador, qual seja: o indígena que possui indisposição para o trabalho, diferentemente do português europeu. E é justamente “a relação entre intradiscurso e interdiscurso que se representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’, e que designamos como efeito de memória” (COURTINE, 2009, p. 106).

Embora o intradiscurso – discurso que age em si mesmo o que está materializado linguisticamente, formado pelo pré-construído geral, ou seja, aquilo que pode ser identificado por qualquer formação discursiva – aponte para uma leitura “inocente” desse trecho da Carta, o interdiscurso, considerado o princípio de funcionamento da discursividade, nos fornece outro tipo de leitura. Nesse sentido, segundo Pêcheux (2011):

O interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, 2011, p. 158)

Desse modo, podemos notar que a importação de uma sequência discursiva inscrita no discurso fundador – a Carta – se atualiza ao passar de uma FD a outra, materializando o que Pêcheux (2011) denominou, conforme vimos acima, de deslocamento histórico. Isso porque a memória discursiva, inscrita na “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regadas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, p. 106) permite a retomada de atos, palavras ou discursos, transformando-os ou se identificando com eles.

Pensando, então, na construção da formação discursiva da piada em questão, verificamos uma identificação, em algum grau, com a formação discursiva de sujeito-indígena preguiçoso inscrita no discurso fundador. Na Carta, a frase “eles não lavram nem criam”, e, na piada, esse discurso de que o sujeito-indígena é preguiçoso é atualizado, pois ele se recusa a atravessar o mar para dar uma notícia aos navegantes de uma embarcação, visto que se encontra em estado de “preguiça”, de “lezera”. Leitura semelhante é possível ser feita neste *post* da rede social online *Instagram*. Vejamos:

Figura : SD1: Post em redes sociais.



Fonte: Bancos de dados das pesquisadoras.

Na sequência discursiva da figura 1, notamos que a conversa acontece entre duas internautas: uma brasileira e outra portuguesa. Parece-nos que, movidas pelo sentimento de nacionalismo, há uma disputa que põe em pauta as qualidades de duas nações: Brasil e Portugal. Diante das condições de produção em que o discurso é criado, a memória discursiva aponta para o evento histórico da colonização, ocorrida há cerca de meio milênio.

Na primeira fala, a internauta, supostamente portuguesa, afirma que se não fossem os portugueses, isto é, caso o Brasil não tivesse passado pelo crivo da colonização portuguesa, os brasileiros ainda estariam vivendo como “índios”. Além de expressar um sentimento de xenofobia em relação ao Brasil, a internauta faz uma avaliação positiva da colonização e compara o estado inicial do país, isto é, antes da colonização, com o sujeito-indígena. Mais uma vez, nota-se uma identificação com a formação discursiva inscrita no discurso fundador. Por meio do interdiscurso podemos perceber uma retomada a essa memória discursiva, a qual aponta para o sujeito-indígena não civilizado, bárbaro, logo, inaceitável para os padrões europeus. Nesse sentido, “viver como índio” seria caminhar na contramão da civilização, seria entregar-se à barbárie.

A internauta brasileira, no entanto, rompe com a ideia negativa sobre indígenas ao se pronunciar de maneira humorística, isto é, para ela, “viver como índio” – que está implícito o estereótipo de nudez, também inscrito na carta que Pero Vaz de Caminha escreve ao Del Rei de Portugal – é algo completamente positivo, já que, assim, não seria necessário solicitar de um suposto namorado uma foto de nudez. Além disso, a falta de vestimentas dos indígenas representa uma forma de liberdade; ademais, essa imposição cultural dos europeus representa uma forma de “submissão”.

Nas concepções das duas internautas a respeito do que seja “viver como índio”, percebemos indícios de atualização do discurso fundador no que tange ao sujeito-indígena, pois, para a internauta portuguesa, é um sujeito selvagem e não civilizado; já para a internauta brasileira, ao mesmo tempo que tenta negar essas condições, ela as reafirma, ao citar a nudez como uma característica plausível; contudo, sabemos que no imaginário social a nudez não faz parte da civilização. Podemos considerar que ambos os textos – a piada e o post do *Instagram* – identificam-se com o discurso fundador, restabelecendo-o. Portanto, a existência histórica do enunciado continua sendo dita no interior das práticas discursivas diversas; é nesse sentido que caminhamos em direção à memória discursiva.

Em contrapartida, verificamos, na letra da música “Todo dia era dia de índio”, de Baby do Brasil, da qual selecionamos algumas estrofes, uma contra identificação com o discurso fundador. Mas só foi possível haver essa contra identificação a partir da memória, inscrita em um acontecimento. Vejamos:

### **Todo dia era dia de índio**

(Baby do Brasil)

Antes que o homem aqui chegasse  
Às Terras Brasileiras  
Eram habitadas e amadas  
Por mais de 3 milhões de índios  
Proprietários felizes  
Da Terra Brasilis  
Pois todo dia era dia de índio  
[...]  
E no entanto, hoje  
O seu canto triste  
É o lamento de uma raça que já foi muito feliz  
Pois antigamente  
Todo dia era dia de índio

A música retoma o discurso fundador, mas o reestabelece, o atualiza. Conforme Pêcheux (2008), em todo discurso há a possibilidade de uma desconstrução-reconstrução das redes de memórias nos/dos quais irrompe. Percebe-se, nessa SD, um rompimento com a FD fundadora, aqui, a imagem do sujeito-indígena não é construída à luz da inferioridade com relação ao europeu. Nesse caso, “a inscrição de domínios de memória se manifesta, portanto, em dizeres antagonistas” (MOIRAND, 2011, p. 264), contra identificando-se com o discurso fundador.

Observa-se, então, que se trata “da retomada de saberes já-ditos em outro discurso, em outro lugar e cujo eco ressoa no discurso do sujeito” (INDURKY, 2011, p. 69). Segundo a música, “antes que o homem aqui chegasse” (os portugueses), essas terras já eram habitadas e muito amadas por uma população relativamente grande e muito feliz, o que contra identifica, isto é, contradiz o discurso fundador em outras passagens da Carta de que essa gente (o indígena) precisava de salvação, conforme podemos notar no seguinte trecho da Carta dirigida ao El Rei D. Manuel: “E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles” (CAMINHA, 1963, p. 7). Servindo-se do argumento de que os indígenas necessitavam de salvação, Caminha consegue convencer ao El Rei da necessidade ou mesmo bondade de colonizar essas terras, vejamos: “Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive se se convertera, ou não, se lhe ensinarem o que pertence à sua salvação” (CAMINHA, 1963, p. 8).

No entanto, hoje, “o seu canto triste é o lamento de uma raça que já foi muito feliz”, pois lhe foi sucateada toda a sua alegria, principalmente a propriedade das terras brasileiras. Portanto, nessa FD atual – na

qual a música se insere –, o indígena não é visto como inferior ao europeu; nela é reconhecida a falta de humanidade do europeu para com o sujeito-indígena. Dessa forma, em concordância com Pêcheux (1999, p. 56), compreendemos que:

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao mundo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e conta-discurso. (PÊCHEUX, 1999, p. 56)

De acordo com Indursky (2011), compreendemos que os quatro discursos – a carta, a piada, o post e a música – mantêm, entre si, uma relação com a memória, em que seus sentidos foram cristalizados e regularizados até formarem “um conjunto de sentidos e saberes que discursivizaram esse acontecimento histórico” (INDURSKY, 2011, p. 76).

#### 4. *Considerações finais*

Fizemos, neste artigo, uma breve abordagem da teoria da Análise de Discurso francesa, dando ênfase à memória discursiva, com o intuito de investigar efeitos de memória que constituem o imaginário brasileiro em relação ao sujeito-indígena, uma vez que, muito do discurso que circula socialmente sobre o indígena ser inferior ao europeu se sustenta e se restabelece em formações discursivas atuais. Para verificarmos essa possibilidade, consideramos como *corpus* da investigação um trecho da carta de Caminha (considerado aqui como um discurso fundador em relação ao sujeito-indígena), uma piada, um post do *Instagram* e uma letra de música, também relacionados à questão do indígena.

No que diz respeito à carta, Pero Vaz de Caminha, utilizando como parâmetro o estilo de vida europeu – Portugal, especificamente –, faz uma descrição do sujeito-indígena que, conscientemente ou não, reverbera no imaginário brasileiro até hoje. É a partir desse discurso original, isto é, desse pré-construído que emerge a possibilidade de recorrermos a essa memória discursiva, construída sócio-historicamente sobre o indígena, seja para reafirmar ou para negar esse discurso.

Na piada sobre o “descobrimento” e no post do *Instagram*, temos uma identificação com o discurso fundador, uma vez que ambas as

materialidades reafirmam a ideia de selvageria, preguiça, aversão ao progresso, designados ao sujeito-indígena. Há a presença, então, por meio do interdiscurso, de um discurso que se sustenta e restabelece no discurso fundador. Nesse caso, o interdiscurso se tornou o que Pêcheux considerou como princípio de funcionamento da discursividade, importando, metaforizando, deslocando historicamente uma sequência pertencente a uma dada formação discursiva para outra. Graças a esse deslocamento histórico, a memória discursiva permite essa retomada de discursos, nesse caso, identificando-se com eles.

Já no caso da música, embora aconteça esse deslocamento histórico, a memória discursiva atua no sentido de transformar/ressignificar o discurso fundador. Como em todo discurso, conforme estabeleceu Pêcheux, há essa possibilidade de uma desconstrução/reconstrução das redes de memórias nos/dos quais irrompe, entendemos que houve, nessa materialidade, um rompimento com a FD fundadora. A memória se manifesta, nesse caso, justamente na inscrição de dizeres antagônicos, isto é, na negação do discurso fundador, contra identificando-se com ele.

Portanto, consideramos, de modo geral, que os discursos atuais sobre o sujeito-indígena se restabelecem a partir do discurso fundador, seja fortalecendo-o ou opondo-se a ele. Nas quatro sequências discursivas – a carta, a piada, o *post* e a música – houve, entre elas, uma relação com a memória, causando, como vimos, certos efeitos de sentidos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMINHA, P. V. *Carta a El Rei D. Manuel*. Dominus: São Paulo, 1963. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf>. Acesso em: 07/09/2017.

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

EAGLETON, T. *Uma teoria da literatura*. Trad. de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FONSECA-SILVA, M. C. *Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

FURLANETTO, M. M. Discurso: estrutura e acontecimento. Uma avaliação teórica. *Domínios de Lingu@gem*, v. 9, n. 3, 2015, Uberlândia,

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística  
Modo de acesso.

HAROCHE, C; PÊCHEUX, M; HENRY, P. A semântica e o corte Saussuriano: Língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R.L. (Org.). *Análise do Discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 13-32

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F., MTTMAN, S.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2011a. p. 67-89

MOIRAND, S. Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e de memória discursiva. In: BARONAS, R.L. (Org.). *Análise do Discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 247-81

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à Linguística*: domínios e fronteiras. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 113-65

PÊCHEUX, M. Discurso e ideologia(s). In: \_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988. p. 141-85

\_\_\_\_\_. Os processos discursivos nas ciências e na prática política. In: \_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1985. p. 187-278

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas-SP: UNICAMP, 1993. p. 61-161

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: \_\_\_\_\_. *Papel da Memória*. Campinas-SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de discurso. In: \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas-SP: Pontes, 2011. p. 283-94

POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.